

Reserva do Executivo será Cr\$ 80 trilhões

Brasília — A margem de manobra do Executivo no orçamento fiscal de 1986 será extremamente difícil, pois estarão disponíveis apenas Cr\$ 80 trilhões, de um total de Cr\$ 420 trilhões 600 bilhões referentes à receita proveniente dos impostos do Tesouro, revelou o Ministro do Planejamento, João Sayad.

As restrições são agudas, ponderou Sayad. Só com pessoal e encargos sociais serão gastos Cr\$ 96 trilhões 900 bilhões e outros Cr\$ 202 trilhões com os encargos da dívida pública, interna e externa. O montante necessário para honrar os compromissos da dívida significa mais de 32% do total da despesa orçamentária, "o que representa importante restrição financeira", na opinião do Ministro.

O projeto de lei orçamentária, encaminhado ao Congresso pelo Presidente José Sarney e ontem explicitado pelo Ministro, prevê receitas e despesas de Cr\$ 656 trilhões 100 bilhões. No lado da receita, os recursos do Tesouro — incluindo arrecadação de impostos, contribuições, venda de produtos agrícolas, operações de crédito (empréstimos externos e internos, através da colocação de títulos) chegam a Cr\$ 626 trilhões 600 bilhões. Os restantes Cr\$ 29 trilhões 500 bilhões são receitas de entidades da administração indireta (autarquias e fundações).

A proposta orçamentária, segundo as explicações de Sayad, incorpora os gastos públicos do "orçamento monetário". São despesas feitas pelo Banco Central e o Banco do Brasil no pagamento de subsídios diretos e indiretos tais como os do trigo, álcool e açúcar, entre outros. Assim, com o orçamento unificado, fica explícito que a necessidade de financiamento é de Cr\$ 195 trilhões — ou seja, as autoridades monetárias não poderão colocar títulos ou moeda além desse limite. Para o Ministro Sayad este é um ponto importante porque coloca-se um limite no processo de endividamento.

Tal esquema, ainda de acordo com Sayad, acaba com as contas em aberto que existiam anteriormente no orçamento monetário e fixa os seguintes gastos para o pagamento dos subsídios: trigo, Cr\$ 17 trilhões; açúcar e álcool, Cr\$ 1 trilhão 200 bilhões; e comercialização de produtos agrícolas, Cr\$ 3 trilhões 900 bilhões.

As condições

A proposta orçamentária para 1986, na visão do Ministro Sayad, prevê alguns cenários para a economia, do ponto de vista interno e externo. No segundo caso está a previsão de um crescimento moderado para a economia dos países industrializados; taxas de juros internacionais inferiores às praticadas em 1985; redução nos preços do petróleo importado.

Com base nisso o Governo espera que o crescimento econômico em 1986 seja de 6% e a inflação chegará em dezembro de 1986 em 140%, contra uma previsão de 200% para 1985. O Ministro Sayad espera manter o bom desempenho das exportações de modo que o superávit comercial do próximo ano chegue a 12 bilhões 500 milhões de dólares.

Definido por seu titular, Flávio Peixoto, como um Ministério social por excelência, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente está entre os três Ministérios que receberam a menor verba do orçamento da União para 1986: Cr\$ 1 trilhão 680 bilhões. Flávio Peixoto acredita, porém, que essa quantia chegará a Cr\$ 7 trilhões 600 bilhões, se somados os recursos do Finsocial e dos encargos gerais da União que serão repassados ao Ministério. Com essa quantia, o Ministro Flávio Peixoto passará a controlar o oitavo maior orçamento entre os Ministérios.

Trabalho

O orçamento de 1986 aprovado pelo Ministério do Planejamento para o do Trabalho, Cr\$ 1 trilhão e 580 bilhões, representou um aumento de 605% em relação ao ano passado; as atividades-fim do Ministério, que variam do treinamento de mão-de-obra à concessão de auxílio-desemprego, continuam, porém, dependendo em sua maior parte da contribuição — ou imposto — sindical, paga obrigatoriamente por empresas e trabalhadores.

No próximo ano, serão gastos Cr\$ 469 bilhões para a manutenção do Ministério do Trabalho e realização de suas atividades. O Tesouro Nacional contribuirá com 31% dessa quantia; os 69% restantes serão completados com a parcela da contribuição sindical destinada por lei ao Ministério do Trabalho. "Já houve um avanço", comenta o Ministro interino do Trabalho, Eros de Almeida. Em 1985, a contribuição sindical financiou 97% das despesas do Ministério, excetuando-se o pagamento de pessoal.

Interior

Para conseguir um orçamento 640% maior do que o deste ano, o Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, teve de agir "mineiramente", como afirmou, desde o mês de maio. De Cr\$ 3 trilhões 490 bilhões em 1985, o Minter passou para Cr\$ 25 trilhões 836 bilhões para 86.

Segundo Costa Couto, esse crescimento não ocorreu por acaso, mas é fruto da "opção pelos pobres, do Presidente Sarney, e da prioridade para o desenvolvimento regional". Com um dos orçamentos que mais cresceram, o Interior vai gastar 87% do total em investimentos dos programas prioritários. "Não vamos erradicar o subdesenvolvimento do Nordeste no primeiro Governo da Nova República, mas vamos deixá-lo muito melhor", garantiu Costa Couto.

Entre os destaques estão a Sudene, que saltou de Cr\$ 1 bilhão 800 milhões, em 85, para Cr\$ 11 bilhões, em 86. A Funai, que está passando por rigorosa auditoria, vai de Cr\$ 27 milhões 600 mil para Cr\$ 146 milhões 200 mil. Os programas regionais (Polonordeste e semelhantes) saltam de Cr\$ 283 milhões 800 mil para Cr\$ 7 bilhões 503 milhões.

Para o Ministro Costa Couto, embora todos os órgãos pedissem mais, não foi possível atender às reivindicações. "Posso garantir, entretanto, que, sem exceção, os órgãos estão com orçamentos dignos para 86, em muito superiores aos deste ano", disse.

Transportes

O Ministério dos Transportes vai recuperar, no próximo ano, cinco mil quilômetros de rodovias federais que se encontram em péssimas condições de tráfego, investindo, para isso, Cr\$ 4 trilhões 300 bilhões, dos quais Cr\$ 1 trilhão 400 bilhões financiados pelo Banco Mundial. O Presidente José Sarney concedeu prioridade, no setor de transportes, à recuperação da malha rodoviária pavimentada brasileira.

A informação foi dada ontem pelo secretário-geral do Ministério dos Transportes, Marcelo Perrupato, ao anunciar o orçamento global do setor de transportes para 1986, já encaminhado ao Congresso para aprovação, que totaliza Cr\$ 67 trilhões.